

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O ENSINO TÉCNICO NO IFAM/CAMPUS MANAUS/DISTRITO
INDUSTRIAL NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Bolsista: Keyla Laura de Souza Mota

MANAUS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB- SA 0077 / 2012
O ENSINO TÉCNICO NO IFAM/CAMPUS MANAUS/DISTRITO
INDUSTRIAL NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Bolsista: Keyla Laura de Souza Mota
Orientadora: Prof^a. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão

MANAUS
2013

RESUMO

Analizamos a situação da mulher no Ensino Profissional Técnico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial. Verificamos inicialmente como o Ensino Técnico está organizado, para posteriormente traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos, nos segmentos docente, discente e técnico-administrativo. Estudos têm confirmado que a mão-de-obra feminina tem crescido no mercado de trabalho, contudo esse fato deve ser olhado com muita atenção, pois ao mesmo tempo em que existe a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a lógica inserida neste processo é a da acumulação do capital, havendo a diferenciação entre homens e mulheres e estas muitas vezes ganham bem menos que os homens. Nossa escolha teórico-metodológica foi o materialismo histórico e dialético que reflete nossa concepção de homem, sociedade e ciência. Os cursos técnicos oferecidos são: Técnico em eletrônica que tem como eixo o controle e processos Industriais; Técnico em mecatrônica tem como foco também o controle e os processos Industriais; Técnico em automação industrial opera no projeto, na execução e instalação de sistemas de controle e automação utilizados nos processos industriais. Ao traçar o perfil do Ensino Técnico observamos que os cursos ainda são considerados de esfera masculina. Em pleno século XXI as mulheres ainda não são “vistas” inseridas em tais cursos. Mas, a inserção da mulher nos cursos técnicos já é visível, a inserção se dá devido a procura de melhores condições de trabalho, melhor qualificação e conseqüentemente um melhor espaço no mercado de trabalho. O que torna essa inserção pouco valorizada é a visão, que muitos ainda têm de que a mulher está na sociedade para dedicar-se apenas ao lar e a educação das crianças. Pesquisadores e historiadores vêm a mulher como destinada ao casamento e à maternidade a consideram pouco dotada intelectualmente, caprichosa indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional. É importante destacar que o culto ao corpo colabora com essa visão. Logo, tais atributos imputados à mulher, reforçam a exclusão da mulher, nos níveis de ensino técnico e superiores e conseqüentemente na sociedade.

Palavras Chave: Gênero; Ensino Profissional; Ensino técnico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	7
3. PROBLEMATIZAÇÃO	8
4. OBJETIVOS	
4.1. OBJETIVO GERAL.....	8
4.2. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	8
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
a. TRAJETÓRIA DO ENSINO TÉCNICO.....	9
b. ESTRUTURA E REFORMA DO ENSINO TÉCNICO.....	12
c. PERFIL DA MULHER NO ENSINO TÉCNICO.....	14
d. GÊNERO EM QUESTÃO	16
e. VISÃO DE UMA SOCIEDADE MACHISTA SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.....	17
f. FORMAÇÃO E SITUAÇÃO DA MULHER PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	21
6. METODOLOGIA	22
7. DESENVOLVIMENTO.....	23
8. CONCLUSÃO.....	25
9. REFERÊNCIAS.....	27
10. CRONOGRAMA	29

1. INTRODUÇÃO

O IFAM (Instituto Federal do Amazonas) possui atualmente dez (10) Campus, estando sete destes no interior do Estado¹, em Manaus funcionam o Campus Centro, Campus Distrito Industrial e Campus Zona Leste. Nosso estudo continuará no Campus Manaus/Distrito Industrial onde investigaremos o Ensino Técnico na perspectiva do Gênero.

Nogueira (2008) afirma que o espaço da produção absorve cada vez mais a força do trabalho feminina. Nos dizeres da autora o processo de feminização do trabalho precisa ser olhado com muita atenção, pois ao mesmo tempo em que promove a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a lógica embutida neste processo é a da acumulação do capital, deste modo a análise dos processos de formação na área técnica têm que considerar essa questão.

Ao longo dos anos as mulheres têm buscado estimular sua formação, tendendo melhor colocação no mercado. Embora se perceba este aumento inegável, ainda existem diferenciações das profissões (MOURÃO, 1997), sendo necessário estudar o ensino técnico e a inserção da mulher neste nível de ensino, para apreender o processo de construção da Educação Profissional no Estado do Amazonas.

Segundo Mourão (1997) superar a discriminação que historicamente tem confinado a mulher a espaços restritos é uma luta árdua, já que os processos de educação formal mantêm as mulheres fora da área científica, tecnológica e do ensino técnico. Saffioti (1976) ao fazer uma retrospectiva histórica sobre a escolarização feminina demonstrou que o acesso das mulheres ao ensino superior data da década de 1930, devido principalmente ao processo de industrialização.

A pesquisa realizada sobre a situação da mulher no Ensino Superior nas regiões Norte e Nordeste na década de 1990, demonstrou que existem

^{1 1} Campus de Coari, Campus de São Gabriel, Campus de Lábrea, Campus de São Gabriel da Cachoeira, Campus Maués, Campus Tabatinga e Campus Parintins.

cursos que são quase que exclusivamente femininos como é o caso da Pedagogia, do Serviço Social e da Biblioteconomia, existindo outros que as mulheres não têm quase acesso, que são os da área técnica, evidenciando a tendência histórica da discriminação feminina nos processos de formação (MOURÃO, 1997).

Os processos de mudanças societárias que ocorreram no mundo modificaram essa situação? Alguns autores como Touraine (2007) afirmam que o mundo é das mulheres, Pereira e Fidalgo (2007) mostram que existe uma diferenciação da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, embora as oportunidades tenham se ampliado, há exigência de maior qualificação para as mulheres.

Como essa tendência de maior qualificação feminina se expressa no Ensino Técnico do IFAM? As mulheres têm adentrado neste nível de ensino? Ou ainda existem diferenciações marcantes entre profissões femininas e masculinas? Para investigar o Ensino Técnico na perspectiva do gênero formulamos as seguintes questões norteadoras:

- Qual a situação da mulher no Ensino Técnico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?
- Como o Ensino Técnico está organizado no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?
- Qual o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos do IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?

2. JUSTIFICATIVA

Em 2009 foi elaborado um projeto de Pesquisa em articulação com a Universidade Federal Fluminense intitulado “Reconstrução dos caminhos da Educação Profissional no Amazonas: refletindo sobre as categorias de análise”, que discute o Ensino Médio e Profissional. À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo ficou evidenciado que existe divisão sexual nos processos de formação.

Depois de uma análise sobre o Ensino Tecnológico onde foi traçado o Perfil da Mulher nos diferentes cursos Tecnológicos no IFAM/ Campus Manaus/Distrito Industrial, ficou confirmado que, ainda que se veja a mulher lutando pela igualdade e respeito na sociedade, o seu perfil em relação a ensino profissionalizante é ínfimo. Os resultados obtidos em relação ao perfil da mulher nos três diferentes cursos que há no IFAM/Distrito Industrial são muito pequenos

Logo, se ver evidente analisar o Ensino Técnico e o Gênero no IFAM/Campus Manaus/ Distrito Industrial, para observar se nesse nível de ensino haja maiores resultados da inserção da mulher no Ensino Técnico. Valendo ressaltar, que esse nível de ensino, juntamente com a perspectiva de gênero, têm chamado a atenção não só para a intensidade da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, mas também para as características de tal incorporação, que se dá em dois polos bastante desiguais em relação à qualidade de ensino e emprego: de um lado, ocupações de má qualidade quanto a nível de ensino. De outro, as boas ocupações em relação a essas características, entre as quais estariam as profissões de nível técnico.

Assim, para entender o Ensino Técnico e pinçar as categorias de análise que historicamente têm estado presente na história deste nível de ensino, a questão do gênero teve que ser levada em consideração.

Assim, a relevância da temática reside na discussão da formação do Ensino Técnico implementado pelo IFAM, já que esta instituição se propõe formar profissionais que possam alavancar o desenvolvimento regional. É

importante também por que discute o Gênero como categoria de análise que possibilita entender os processos de formação de nível técnico na Amazônia

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Qual a situação da mulher no Ensino Técnico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a situação da mulher no Ensino Profissional Técnico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como Ensino Técnico está organizado no IFAM/Campus Manaus/ Distrito Industrial;
- Traçar o perfil da mulher nos diferentes ensinos técnicos do IFAM/Campus Manaus/ Distrito Industrial – dos discentes, dos docentes e dos técnico-administrativos.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

a. TRAJETÓRIA DO ENSINO TÉCNICO

A dualidade trabalho e educação configuram-se com o surgimento da produção capitalista, e a escola é construída, como um instrumento para viabilizar o conhecimento necessário à burguesia em rápido crescimento.

Segundo Saviani (2007), a Revolução Industrial provoca a inclusão das funções intelectuais no método produtivo e a via para objetivar a generalização dessas funções na sociedade foi a escola, tanto que, os principais países prepararam sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. O ensino básico qualificou os trabalhadores a unificar o processo produtivo, já que o mínimo de qualificação para operar a maquinaria era contemplado no currículo da escola de ensino fundamental. Surgem então, os cursos profissionais organizados no domínio das empresas ou do sistema de ensino tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo, dando origem às escolas de formação geral e às escolas profissionais.

Saviani dá um suporte essencial para que se possam entender as raízes e a configuração atual da política educacional brasileira, com seus avanços e retrocessos em relação à educação básica e em particular, ao ensino médio e à educação profissional, em relação ao desenvolvimento de um projeto de educação para os jovens e adultos brasileiros. Podendo até ver, o percurso da educação profissional no Brasil e sua regulação desde sua origem até a atualidade, quando dá ênfase à educação profissional de nível médio e de sua possível estruturação assentada em uma perspectiva de escola básica unitária, politécnica, abolindo o dualismo na organização do sistema educacional que impede a união entre formação intelectual e trabalho produtivo.

No campo da educação, nas primeiras décadas da República, as conquistas foram pequenas. Nosella (1998) nos informa que a política educacional da Primeira República pretendeu, principalmente, democratizar o ensino primário, tanto que universalizou a idéia de uma rede de ensino primário, público, gratuito e laico, porém, o sistema criado foi insuficiente e insensível ao mundo do trabalho. Havia escassez de professores e escolas; apenas uma parte da população tinha acesso à instrução – a elite – acumuladora de capital, controladora do Estado e patrocinadora da nação no novo sistema capitalista global, na introdução dos valores e modo de vida burguês e liberal.

De outro lado, uma esmagadora população analfabeta, sem participação política, vivendo nos subúrbios, vendendo uma mão-de-obra pouco qualificada nas indústrias, explorada no sistema de produção, apartada do capital. A função social da escola à época republicana resumiu-se a fornecer os elementos que iriam preparar essa elite para preencher os quadros da política e da administração pública, havendo perfeita conformação entre o que a escola proporcionava e a demanda social e econômica de educação.

Contudo, a intensificação do processo de urbanização, que tem como causa a industrialização crescente e a deterioração das formas de produção no campo, gerou a evolução de um modelo agrário exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial e fez surgir uma nova demanda social de educação. A estreita oferta de ensino de então não atendia mais a crescente procura; a escola começa a ser demandada pelas novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundários e terciários da economia. Ainda durante a Primeira República, a formação profissional inicia-se com a criação de Escolas de Aprendizes e Artífices, em diferentes unidades da Federação, por meio do Decreto 7.566 de 1909, para ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito.

Porém, o aspecto assistencial e de ordem moralista permaneceu, haja vista só ter acesso à essas Escolas alunos “desvalidos da fortuna”. Portanto, segundo Kuenzer (2007), antes de atender às demandas de um desenvolvimento industrial quase inexistente, regiam-se as Escolas por uma

finalidade moral: educar numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. As referidas escolas eram custeadas pelos Estados, Municípios e União com recursos alocados no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A rede de Escolas de Aprendizizes e Artífices não conseguiu qualidade e eficiência no ensino profissional para o atendimento às demandas do setor industrial. Os prédios que as abrigavam eram inadequados; as oficinas apresentavam-se em precárias condições de funcionamento; havia escassez de mestres de ofícios especializados e de profissionais qualificados; dessa feita, o ensino profissional reduziu-se ao conhecimento empírico, uma vez que os mestres de ofícios se originavam das fábricas e das oficinas, faltando-lhes o conhecimento teórico relativo aos cursos oferecidos. Registrou-se, então, alta porcentagem de evasão em relação ao número de matrículas por escola no ano de implantação da rede (1910). (SANTOS, *apud* LOPES *et al*, 2007: 213). A evasão continuou a ser o mais grave problema nas escolas de Aprendizizes e Artífices nos anos posteriores à sua implantação. A maioria dos alunos abandonava o curso no fim da terceira série quando já dominavam os conhecimentos mínimos para trabalhar nas fábricas ou nas oficinas, em determinados postos de trabalho. A despeito de todas essas limitações, o modelo de Ensino Profissional pensado para a implantação da rede de ensino técnico-profissional foi se consolidando como precursor da Rede de Escolas Técnicas do Brasil.

Historicamente, a organização da Rede de Ensino Técnico-Profissional se origina na última década da Primeira República quando emergiu a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. Foi o período do entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico desenvolvido pelos movimentos políticos-sociais e correntes de idéias, que consistiu em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução nos seus diversos níveis e tipos (NAGLE, 1974). Acreditava-se que pela multiplicação de instituições escolares, a nação chegaria a se igualar às grandes potências do mundo e tiraria o povo da sua situação de marginalidade. É verdade que foi dada ênfase à escolarização, como forma de vencer o analfabetismo, tido como um dos grandes problemas nacionais.

Em relação a Educação Profissional, reforçaram-se a idéia de regeneração e formação das classes menos favorecidas social e economicamente. De qualquer forma, muito pouco foi feito quanto à educação em geral. Nesse período os colégios foram poucos, em sua maioria, confessionais e particulares. Saviani (2007) afirma que as políticas pertinentes à educação, objetivavam atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento ascensional da população urbana. As décadas de 30 e 40 dos anos 1900 foram de consolidação da industrialização no país, o que viria a exigir mudanças nas concepções e práticas do ensino profissional e sua necessária institucionalização para se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro, que em diversas realidades posteriores demandou novas necessidades para a formação da força de trabalho. A Educação Profissional foi contemplada por meio das Reformas Capanema de 1942 e 1943 de onde resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a regulação do ensino industrial, secundário e comercial por meio de suas respectivas leis orgânicas.

b. ESTRUTURA E REFORMA DO ENSINO TÉCNICO

Após o longo período da ditadura militar, o país consolida o processo de redemocratização. Intensificam-se os debates entre os diferentes grupos, em torno das mudanças de rumos para a educação brasileira. As atenções das diversas correntes de pensamento educacional e concepções de políticas educacionais voltavam-se, em especial, para uma nova estrutura ao ensino de 2º Grau e à Educação Profissional, aspectos que se podem depreender no corpo do

Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1988. Em 1996 a nova LDB nº 9.394, configura o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica. Dentre suas finalidades, está prevista a consolidação e o aprofundamento do Ensino Fundamental e o reconhecimento àqueles que concluírem o curso básico, do ingresso no Ensino Superior. De outra forma, possibilita, ainda, a LDB o ingresso do aluno em carreira técnico-profissional, depois de atendida a formação geral, conforme o artigo 36, parágrafo 2º, seção IV da aludida lei. Assim, o aluno pode optar entre o Ensino Médio de

caráter propedêutico como aprofundamento de Ensino Fundamental, ou pelo Ensino Médio Técnico Profissionalizante. A Educação Profissional passou por nova reforma e sua regulamentação dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Esse ramo da educação passa a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem com os trabalhadores em geral.

Quanto à estrutura da Educação Profissional prescrita no artigo 3º, I, II e III do Decreto-Lei nº 2.208/1997, tem-se os níveis: a) Básico, que se destinou à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores independente de escolaridade prévia; b) Técnico, destinado à habilitação profissional para alunos egressos do Ensino Médio; c) Tecnológico, correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado aos alunos oriundos do Ensino Médio Técnico.

Segundo Frigotto (2005), fica evidente que nessa conformação, o Ensino Técnico tem apenas o caráter de complementaridade do Ensino Médio, e este retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto etapa final da educação básica. Diante dessa regulamentação, fica a critério do aluno realizar a parte específica da formação técnica sob duas modalidades: Concomitante ao Ensino Médio (formação geral) em escolas diferentes, ou na mesma escola, porém com matrículas e currículos distintos; ou Subseqüente, ou seja, após a conclusão da educação básica, iniciar a educação técnica. Quanto à certificação para esses cursos técnicos, só seriam expedidas após a conclusão do Ensino Médio de formação geral.

Essa conformação gerou conseqüências: a Educação Profissional esteve dissociada da Educação Básica, o que gerou um aligeiramento da formação técnica em módulos dissociados e estanques dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional de jovens e adultos trabalhadores.

Após a luta pela revogação do o Decreto nº 2.208/97, na tentativa de corrigir distorções de conceitos e de práticas oriundas das regulações do Governo, resultou em uma construção de novas regulamentações mais coerentes com a utopia de transformação da realidade da classe trabalhadora brasileira. A Educação Profissional de nível médio no Brasil

hoje é regulada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. O decreto traz princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional num esforço de alguns reformistas para vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional, pleiteando a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo. O Decreto nº 5.154, manteve as ofertas de cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente prescritos pelo anterior Decreto nº 2.208/1997; trouxe de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora numa perspectiva que não se confunde com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção. ARAUJO (2006)

Essa adequação de uma educação integrada constituiria uma solução transitória, já que a extrema desigualdade socioeconômica obriga à inserção no mundo do trabalho, grande número dos filhos da classe trabalhadora, antes de 18 anos, visando complementação de renda familiar ou a própria auto-sustentação. Essa realidade contradiz o que pensa Gramsci (1985): os jovens só devem ser inseridos na atividade social, após tê-los levado a certo grau de maturidade e capacidade; à criação intelectual e prática e a certa autonomia na orientação e iniciativa, formadas na escola de princípio unitário. É fundamental que se lute para que os jovens das classes populares não sejam excluídos do ensino médio na faixa etária própria ou regular; que lhes seja dada uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica, ou formação instrumental como tem sido historicamente.

c. PERFIL DA MULHER NO ENSINO TÉCNICO

De acordo com o levantamento no período de 2009 há 2011 do Ministério de Educação e Cultura, MEC, há 185 possibilidades de cursos técnicos, divididos em 12 diversos eixos tecnológicos. Objetivando a capacidade de conhecimento teórico e prático, enquadrado ao nível médio, dando ao aluno uma rápida integração no mercado de trabalho e uma melhor qualificação.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, aconteceu um reparo no ensino técnico com causas que objetivavam adequar a educação profissional a situação da reestruturação produtiva. O objetivo do governo brasileiro incidia em aproveitar a norma educacional, para tornar mínimas as desvantagens de uma concorrência no mercado de trabalho com outros países capitalistas. No governo Lula em 2004, o mesmo baixou um decreto (Decreto 5154/2004) que abolia o decreto 2208/97, rearticulando o ensino médio com o ensino técnico de nível médio, mas, ainda que trouxesse de volta a rearticulação, o novo decreto conservou certos aspectos do decreto anterior, especialmente os aspectos que defendiam a ampliação da formação profissional.

Embora objetivando a regulamentação da educação profissional constituída pela Lei 9394/96, o decreto 5154/04 manteve alguns aspectos da própria LDB, quando não mencionou diretamente a função das entidades federativas, nem se a formação profissional seria particularidade da mesma. Logo, permaneceu evidente que a regulamentação da educação profissional, causou uma flexibilidade ao ensino técnico, que beneficiou uma formação mais rápida e qualificada.

As exigências devido há avanços tecnológicos ocorrido nos últimos anos, principalmente na esfera econômica e educacional, resultou em ver muitas mulheres buscando aumento do seu grau de escolaridade, para uma melhor inserção no mercado de trabalho e para conquistar os direitos básicos para o exercício da cidadania. Apesar das conquistas obtidas nas últimas décadas, ainda existem muitos desafios para que o gênero feminino tenha uma situação de real igualdade, no que diz respeito ao acesso a escolarização, ao emprego formal e remunerado, ao salário digno e a promoção a cargos no trabalho. Ridenti (1998), afirma que a inserção da mulher no mercado de trabalho não diminuiu suas tarefas com o trabalho doméstico e familiar, nem a desigualdade entre homens e mulheres com inclusão às chances de trabalho, à questão salarial, à ocupação de cargos, etc. Contudo, a autora Ridenti reconhece que “favoreceu uma determinada contribuição masculina na esfera doméstica”. (RIDENTI,1998)

Maria José Ferreira ainda ressalta:

[...] por tradição histórica, a mulher teve sua existência atrelada à família, o que lhe dava a obrigação de submeter-se ao domínio masculino, seja pai, esposo ou mesmo o irmão. Sua identidade, segundo esses estudos, foi sendo construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privada-doméstica, fora dos muros dos espaços públicos. E por essa tradição, construída historicamente, a mulher se viu destituída de seus direitos civis. Não podia participar de uma educação que fosse capaz de prepará-la para poder administrar sua própria vida e de ter acesso às profissões de maior prestígio. Assim, por um longo período histórico, a família, a igreja e a escola, elementos inerentes a esse processo, enquanto instituições, vão sustentar esse projeto moralizador, tutelando a mulher ao poder econômico e político do homem brasileiro (FERREIRA, 2008, p. 15).

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas.

Desde então, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”.

Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. Jornadas entre 14 e 18 horas e diferenças salariais acentuadas eram comuns. A justificativa desse ato estava centrada no fato de o homem trabalhar e sustentar a mulher. Desse modo, não havia necessidade de a mulher ganhar um salário equivalente ou superior ao do homem.

Nesse sentido observar a participação da mulher nesse sistema de ensino, viabiliza um levantamento da mesma, como indivíduo complementar de um progresso notório no ensino técnico, no mercado de trabalho e conseqüentemente na sociedade.

d. GÊNERO EM QUESTÃO

Historicamente, as mulheres têm sido afastadas das esferas de poder político, educacional, econômico e etc. Pela força de ideologias, das tradições e crenças religiosas, do sistema educacional, das leis civis e da divisão sexual do trabalho. Ultrapassar as desigualdades de gênero é um dos passos relevantes para a emancipação e crescimento da mulher. Para que isso ocorra é importante rever atitudes, costumes e (pré) conceitos vistos como os únicos possíveis; descodificar conceitos construídos; qualificar mulheres e homens para viverem em igualdade e respeito, erguendo, analogias mais imparciais e igualitárias, modificando em prática a perspectiva de gênero que o poder social se torne realmente democrático.

Gênero pode ser conceituado enquanto uma categoria útil à história e não apenas à história das mulheres. Podendo lançar vertentes sobre a história das mulheres, mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e das mulheres entre si, além de propiciar um campo produtivo de análise das desigualdades. Gênero entra em questão para resistir a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhe uma atitude necessariamente social, minimizando as hierarquias sociais. Tornando vantajoso propor uma mudança nos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também atribuindo uma nova crítica sobre os critérios de trabalho.

Percebemos que a questão gênero serviu de base para a “organização” da divisão sexual do trabalho, em que certas atividades foram aplicadas aos homens e outras, às mulheres. Comumente, aos homens se reservaram (reserva) as atividades da esfera pública e, às mulheres, as atividades da esfera privada, estas ligadas à reprodução da família e à dominância do ambiente doméstico.

Portanto, para que haja igualdade de gênero, esse patriarcalismo precisa ser abolido da esfera social. Pois gênero necessita primeiramente, de concepções e práticas sociais que igualem, qualifiquem e acentuem ou enfatizam o poder masculino e feminino.

e. VISÃO DE UMA SOCIEDADE MACHISTA SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Mesmo com estas conquistas algumas explorações continuaram a existir. Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço. As estatísticas apontam que há mais mulheres do que homens no Brasil. Mostram também que elas vêm conseguindo emprego com mais facilidades e que seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado que os homens. Mesmo com todas estas evoluções da mulher no mercado de trabalho, ela ainda não está numa condição de vantagem em relação aos homens, pois continua existindo muito preconceito e discriminação, mas principalmente desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Os estudos sobre gênero e escolarização feminina apontam que o processo de exclusão das mulheres das “camadas populares”, do ambiente escolar, deve-se, principalmente, por estas assumirem desde cedo, obrigações domésticas ou por buscarem meios de sustento da família, desempenhando atividades das mais diversas ordens no mercado de trabalho, no emprego doméstico, em subempregos ou outras atividades informais.

As convenções do início do século ditavam que o marido era o provedor do lar. A mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim algumas conseguiram arranjar uma maneira de ter apenas papel esposa, mãe e dona do lar, ficou, para trás a partir da década de 70 quando as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho.

É importante, no entanto, ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do

mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

As estatísticas apontam que há mais mulheres que homens no Brasil. Mostram também que elas vêm conseguindo emprego com mais facilidade que seus concorrentes do sexo masculino. E que seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado que o dos homens. As mulheres sofrem mais do que os homens com o estresse de uma carreira, pois as pressões do trabalho fora de casa se duplicaram. As mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto o homem e, quando voltam para casa, instintivamente dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar.

Segundo a revista *Mátria* de março de 2006; em pleno século XXI, as mulheres ainda precisam batalhar para ter espaço e direitos assegurados. Espaço existe para ser ocupado. No caso das mulheres do Brasil de hoje, o espaço precisa ser conquistado com muita luta, contra o preconceito de gênero, contra as dificuldades econômicas e sociais. Em 2006, Lia Zanotta antropóloga e chefe do Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade de Brasília, faz uma reportagem à revista *Mátria* onde afirma que “a idéia geral da sociedade é de que o homem tem mais autonomia, saber e poder de decisão. Já a mulher teria mais habilidade para as funções de gestora da casa, do marido e da família.” A maioria da sociedade afirma que muita coisa ainda não mudou no que diz respeito “a idéia geral da sociedade”. Pois, muitas mulheres ainda ocupam lugares considerados mais vulneráveis (trabalho designado supostamente pela sociedade como feminino) que as dos homens na disputa de melhores condições de trabalho.

Dos brasileiros que trabalham, mulheres é quase a metade (42%), segundo a publicação em 2008 do secretário nacional de Comunicação da Central única dos Trabalhadores, Antônio Carlos, publicação feita para o projeto Uni trabalho Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho de Brasília, com o apoio do Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que ressaltou que as mulheres são apontadas pela sustentação de quase um terço das famílias no Brasil. Porém, nos que diz respeito à demissão, elas são as primeiras a serem demitidas, as que trabalham, correspondem a á cargos ou comandos de

trabalho mais inferiores do que os homens e nos postos de menor prestígio social.

Ainda que ocupem os mesmos postos e com mais educação, ganham salários menores do que os homens, encaram grandes obstáculos na hora da contratação, ficam menos tempo num determinado cargo e ainda encontram dificuldades para serem promovidas. Desta forma, pode-se verificar que, ao longo da história das mulheres, o termo gênero surgiu como forma de “decodificar” as relações entre homens e mulheres e dar significação às relações de poder. Segundo Luiza Pereira (1996, p.25):

Isto significa que o ser e o estar no mundo como homem ou mulher não é algo apenas natural e biologicamente determinado, mas, também, pertence à ordem do social e do cultural e, assim sendo, tais papéis se alteram no decorrer do processo histórico e também em função de outras determinações sociais como a classe e a raça. Tais categorias não se encontram separadas no contexto das diversas formações sociais, mas profundamente entrelaçadas entre si. Na educação, também, essas categorias se encontram em estreita articulação [...].

Podemos observar que as famílias educam seus filhos e filhas para se portarem conforme o que a sociedade determina como natural de mulher ou de homem. Logo, os padrões impostos aos homens e as mulheres favorecem uma divisão sexual de trabalho, pois o modo de produção vivido pelo homem interfere no modo de se comportar e agir perante a sociedade. De acordo com Ridenti (1998), a sociedade define o gênero masculino pelo sucesso profissional, “concretizando” o homem fundamental provedor da sustentação familiar. Mas a mulher, ainda que possua também um sucesso profissional, seu status ainda se depara caracterizado pelo sucesso em proferir a vida familiar com o trabalho, uma vez que a aceitação do trabalho da mulher não a imune de tomar frente das tarefas de casa e dos cuidados com os filhos, marido e etc.

Para Bruschini (2008) a sociedade encara as mulheres como; “as principais responsáveis pelos cuidados com o espaço doméstico e familiar e são, portanto, elas as mais sobrecarregadas quando saem de casa para uma atividade remunerada”. Também segundo a autora salienta que “apesar do considerável volume de atividades que se escondem sob a rubrica (afazeres

domésticos) e que mantêm ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica”.

Nesse sentido, ressaltamos que a identidade feminina foi “erguida” juntamente com o prolixo caminho do poder masculino e mesmo quando a mulher adquiriu (adquire) uma nova função profissional na sociedade, função carecida pelo aumento de escolarização e ocupação em diversas profissões, até mesmo, em campos de trabalho considerados de “domínios masculinos”, infelizmente, essa identidade ainda está atrelada pela maternidade.

f. FORMAÇÃO E SITUAÇÃO DA MULHER PARA O MERCADO DE TRABALHO

Depois de uma visão sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, é relevante também, viabilizar as lutas e transformações da mulher na sociedade “moderna”, ressaltando que o capitalismo, teve uma importante contribuição para modificações futuras no mercado de trabalho e para o reconhecimento dos direitos das mulheres na sociedade.

No Brasil, vários autores têm notado que as mulheres proporcionam nível educacional médio superior ao dos homens, que conseqüentemente precisaria implicar, em melhores chances de emprego. Isso seria realmente uma conquista? Então, com a ampliação da procura pela mão de obra feminina, a mulher passa a se preocupar com a sua formação, estudando mais, chegando às universidades, e almejando melhores empregos. Dessa forma, dar início a um perfil profissional e não somente o de dona de casa.

As feministas aparecem, principalmente, com o objetivo de lutar e conquistar os direitos das mulheres, ignorados pela sociedade patriarcal capitalista. Contudo, percebe-se ainda, com muita presença, a visão preconceituosa, sexista e discriminatória que permeia o senso comum em diversos eixos sociais, econômicos, políticos e etc. Apesar dos avanços, a inserção da mulher no mercado de trabalho ainda tem que ser concretizado, para que sejam garantidos cada vez mais os direitos sociais e trabalhistas das mulheres no Brasil e no mundo, trazendo a importância da mulher para o desenvolvimento econômico e político para a sociedade. Mas, mesmo com o aumento da sua formação, e mais qualificação profissional, percebe-se que a

mulher ainda padece sob uma discriminação, pois, algumas empresas e indústrias, colocam as mulheres no mercado de trabalho, porém, ganham atribuições menos valorizadas em relação aos empregos dos homens.

Logo, muitas, apesar de estarem empregadas, ainda permanecem e prosseguem recebendo salários baixos ao dos homens, realizando as mesmas funções de trabalho e tendo um ensino melhor, originando assim a exclusão e as desigualdades de gênero atuais na sociedade no que se faz referência ao mercado de trabalho feminino.

6. METODOLOGIA

Nossa escolha teórico-metodológica é o materialismo histórico e dialético que reflete nossa concepção de homem, sociedade e ciência (FRIGOTO 1989).

Para Frigoto (1991, p. 75) “a dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção desenvolvimento e transformação dos fatos”. O alvo são os fatos baseado na experiência que nada mais são que dados da realidade, para depois catar as raízes, para entender o movimento dessa realidade em seus conflitos e múltiplas relações.

Os procedimentos metodológicos são:

1. Levantamento bibliográfico do Estado da Arte sobre Gênero e Ensino Técnico;
2. Compilar documentos que articulam a organização do Ensino Técnico no Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
3. Compilar as fichas de matrículas dos discentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
4. Compilar as fichas cadastrais dos docentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
5. Compilar as fichas cadastrais dos técnico-administrativos por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;

A observação, crítica e entendimento dos documentos institucionais serão realizados adotando as passagens esboçadas por Birdan (1987, p. 38), que avalia a análise dos conteúdos como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A citada autora menciona três etapas para resultar ao tratamento dos documentos que serão avaliados. O primeiro passo é a pré-avaliação, na qual se dá a organização dos documentos, começando uma leitura que a autora considera como flutuante, colocando quais são os documentos que serão analisados, e a partir da escolha dos documentos suposições são apanhadas.

Na segunda etapa acontece a exploração mais planejada do material, acertando a compilação e a classificação do material codificado. No terceiro procedimento é que se constituem as metodologias de interpretação e de inferência.

7. RESULTADOS

Como previsto foi feito o levantamento bibliográfico do Estado da Arte, procurando o conceito de Gênero, analisando a trajetória da mulher até os dias de hoje, partindo do Ensino Técnico até sua entrada ao mercado de trabalho, verificando a estrutura do Ensino Técnico e traçando seu perfil sua função no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial. Compilamos as fichas cadastrais dos alunos por curso em nível técnico, assim sabendo a demanda de mulheres que estudam nesse nível. Compilamos a listagem de nomes de todos os professores que atuam no Ensino Técnico e sua titularidade, para saber a que passo anda a formação das mulheres no IFAM do Distrito Industrial em nível técnico. E compilamos as fichas cadastrais dos técnicos administrativos da Instituição, assim tendo a quantidade de mulheres e homens e suas respectivas formações.

Os cursos técnicos oferecidos são: Técnico em eletrônica que tem como eixo o controle e processos Industriais. Esse curso participa do desenvolvimento de projetos. Executa a instalação e manutenção de equipamentos e sistemas eletrônicos, realiza medições e testes com

equipamentos eletrônicos. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão da produção de equipamentos eletrônicos. O técnico em mecatrônica tem como foco também o controle e os processos Industriais. Atua no projeto, executa e faz instalações de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados. Desempenha manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamentos e sistemas conforme especificações técnicas. Programa e opera essas máquinas, observando as normas de segurança. O curso técnico em automação industrial opera no projeto, na execução e instalação de sistemas de controle e automação utilizados nos processos industriais. Objetiva a manutenção, medições e testes em equipamentos utilizados em automação de processos industriais. Age e mantém sistemas automatizados, respeitando normas técnicas e de segurança.

Em nível de Ensino Médio Integrado o IFAM tem o Técnico em Mecatrônica e em Eletrônica. O Integrado em Mecatrônica possui 232 alunos matriculados, sendo 54 mulheres inseridas no ensino. O Integrado em Eletrônica possui 228 alunos matriculados, 82 destes são mulheres. Em nível apenas de Ensino Técnico o IFAM disponibiliza o Técnico em Automação Industrial e Eletrônica. No Técnico em Automação Industrial estão matriculados 90 alunos, apenas 12 destes alunos são mulheres. E no Técnico em Eletrônica estão matriculados 73 alunos, 15 são mulheres.

No que diz respeito aos técnicos administrativos, são 40 que atuam no IFAM/Distrito Industrial. 24 mulheres. 1 com Ensino Fundamental Completo, 2 com Ensino Médio Completo, 5 graduadas, 13 com Especialização e 3 com Mestrado. 7 atuam na área administrativa, 1 é servente, 1 assistente social, 2 psicólogas, 2 odontólogas, 1 médica, 2 pedagogas, 2 bibliotecárias, 1 porteira, 2 técnicas em assuntos educacionais e 1 contadora. No quadro de professores, são 47 atuando no Ensino Técnico, 13 mulheres, sendo 7 com especialidade, 2 com doutorado, 2 com graduação, 1 com mestrado e 2 mestrando.

Procuramos traçar o perfil do Ensino Técnico e observamos que os cursos ainda são considerados de esfera masculina. Em pleno século XXI as mulheres ainda não são “vistas” inseridas em tais cursos citados acima. Mas,

a inserção da mulher nos cursos técnicos já é visível, a inserção se dá devido a procura de melhores condições de trabalho, melhor qualificação e conseqüentemente um melhor espaço no mercado de trabalho. O que torna essa inserção pouco valorizada é a visão, que muitos ainda tem de que a mulher está na sociedade para dedicar-se apenas ao lar e a educação das crianças. Pesquisadores e historiadores vêem a mulher como destinada ao casamento e à maternidade a consideram pouco dotada intelectualmente, caprichosa indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional. É importante destacar que o culto ao corpo colabora com essa visão. Logo, tais atributos imputados à mulher, reforçam a exclusão da mulher, nos níveis de ensino técnico e superiores e conseqüentemente na sociedade.

8. CONCLUSÃO

A evolução das mulheres no mundo da educação e do trabalho fez com que suas características fossem se alterando, passando a ocuparem postos de trabalho tidos como masculinos. A forte entrada das mulheres nas instituições de ensino técnico e ensino superior produziram um impacto nas carreiras profissionais de prestígio, onde antes predominavam os homens. Hoje elas estão ocupando postos cada vez mais elevados em empresas, e estão se inserindo de forma consistente nas carreiras técnicas e científicas.

Conclui-se que a inserção da mulher (ainda que pouca) na educação e no mercado de trabalho se dá, pela necessidade que a mesma sentiu (senti) em agregar uma carreira sólida, uma independência financeira e mostrar que é capaz de ter uma vida além dos padrões que a sociedade exija que a mesma tenha: dona de casa, esposa e mãe. Pois a mesma provou e vem provando ao longo desses anos que são tão competentes quanto os homens e não há Ensino Técnico, Superior ou cargos que a mulher não possa atuar. Mas, essa visão retórica que se tem da mulher, de uns 30 anos para cá está evoluindo, as mulheres estão tendo mais oportunidades de trabalho em vários setores de trabalho formais e informais também. Justo. Não é de hoje que as mulheres lutam por sua participação nítida e eficaz na sociedade.

Percebemos que a luta das mulheres hoje em dia é por rendimento financeiro igualitário, por uma vida social e amorosa associada também a sua carreira e independência financeira. Pois, mesmo conquistando seu espaço na educação e no mercado de trabalho a passos lentos, mas nunca desistindo, ainda não deixa de ser uma dona de casa, mãe e esposa. As mulheres enfrentam as jornadas duplas, tendo que trabalhar, estudar, cuidar de casa e de filhos, entre outras coisas. Tornando seu dia a dia ainda mais cansativo e estressante. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

Durante o levantamento teórico, compilação dos documentos e pesquisas levantadas, evidenciou o grande desafio das mulheres em acabar com a desigualdade salarial. Apesar da evolução da mulher dentro de cursos técnicos, superiores e atividades que eram antes exclusivamente masculinas, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanham este crescimento. As mulheres ganham menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Embora exista essa discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes era reduto masculino, e está mostrando um relevante profissionalismo. Apesar de ser de forma ainda pequena, está sendo cada vez maior o número de mulheres que lutam por melhores instruções educacionais e de empregos, visando melhor condições de vida.

9. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A regulação da educação profissional do governo Lula: Conciliação de interesses ou espaço para a mobilização.** In: GEMAQUE e LIMA (org.) Políticas educacionais: O governo Lula em questão. Belém – PA. CEJUP, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Fontes, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Articulação Trabalho e Família: Famílias de Baixa Renda e Políticas de Apoio às Trabalhadoras.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Departamento de Pesquisas Educacionais, 2008. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1436/arquivoAnexo.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 7 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FERREIRA, Maria José de Resende . **Por que é tão difícil frequentar a escola? Escolarização e gênero feminino no EMJAT/Cefetes.** Cadernos ANPED, v. 01, p. 5-15, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS Marise (org.). **Ensino médio integrado: Concepções e contradições.** S. Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTO, G.O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Ed. 6ª. S. Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/08/12/entenda-o-que-e-curso-tecnico.htm>

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/08_cd_al.pdf

http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03/e03b_t002.pdf

http://www.congressods.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=226:a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflexoes-sobre-os-avancos&catid=46:gt-4&Itemid=377

<http://www.cnte.org.br/>

<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>

KUENZER, Acacia (org.). **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

MOURÃO, Arminda R. B. Radiografia da Situação da Mulher na Universidade do Amazonas. In: PASSOS, Elizete S. **Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 1ª reimpressão, S. Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1976.

NOGUEIRA, Claudia M. Notas sobre a mulher e sua luta pela “Igualdade Substancial”. In: LUCENA, Carlos (org). **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas; São Paulo: Alinea.

NOSELLA, Paolo. **A escola brasileira no final do século: Um balanço –** In:FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PEREIRA, Jacqueline; FIDALGO, Fernando. A gestão do trabalho e o desenvolvimento de competências segundo o sexo. In:FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara (orgs). **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PEREIRA, Luzia Ribeiro. **De donzela Angelical e esposa dedicada a profissional da Educação: a presença do discurso religioso na formação da professora**. 1996. 150f. Tese (Doutorado em História da Educação). USP (Faculdade de Educação), São Paulo, 1996.

RIDENTI, S. G. U. (orgs.). **Homens e Masculinidades: outras palavras**. São Paulo: FCC, ed. 34, 1998. Capítulo 7: p. 163-184. Disponível em: <www.alb.com.br/anais14/Sem03/C03010.doc>. Acesso em:19 de janeiro de 2013

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher nas sociedades de classes**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional**. In: Lopes, et AL (org.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago 2012	Set	Out	No v	Dez	Jan 2013	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Levantamento bibliográfico do Estado da Arte sobre Gênero e Ensino Técnico;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2	Compilar documentos que articulam a organização do Ensino Técnico no Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;		X	X									
3	Compilar as fichas de matrículas dos discentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;				X	X	X						
4	Compilar as fichas cadastrais dos docentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos técnicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;							X	X				

6	<p>Compilar as fichas cadastrais dos técnico-administrativos por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;</p>									X	X		
7	<p>- Elaboração do Resumo e Relatório Final - Preparação da Apresentação Final para o Congresso</p>											X	X